

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

A estratégia sandinista para a agricultura nicaraguense (1979-90)

Bernardo Raphael Bastos de São Clemente*

Resumo: Este artigo é parte do breve levantamento histórico da Nicarágua e sua agricultura comercial para a dissertação de mestrado pelo CPDA/UFRRJ de minha autoria intitulada “O Estado Nicaraguense e as Políticas para o Desenvolvimento da Agricultura, Segurança Alimentar e Mundo Rural”. Ele trata das ações sandinistas para reativar a estrutura produtiva agrícola nicaraguense, principal e tradicional atividade econômica durante muito tempo e bastante destruída após o período conflitivo anterior à vitória revolucionária em 1979. O recorte histórico segue até a derrota sandinista para oposição unificada nas eleições de 1990, quando a política voltada ao meio rural do país passou por rápidos processos de adaptação conforme se mostravam necessários no grave momento pelo qual passou o país.

Palavras-chave: sandinismo, Nicarágua, agricultura

A Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) foi um movimento fundado em 1961, sua luta principal era contra a ditadura familiar dos Somoza, iniciada com a tomada de poder pelo mandante do assassinato de Augusto Cesar Sandino (1895-1934), Anastácio Somoza Garcia(1896-1956), aos olhos concedentes e iniciativas estimuladoras dos EUA. Somoza era comandante da Guarda Nacional, exército oficial nicaraguense criado sob tutela norteamericana existente até a tomada do poder pelos sandinistas.

O movimento revolucionário ao tomar o poder em 1979 formou uma Junta de Governo de Reconstrução Nacional (JGRN) com cinco membros, e um Diretório Nacional com nove membros. Dentre as medidas imediatas estavam a expropriação dos bens

* Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Mestre em Ciências Sociais pelo CPDA/UFRRJ. Doutorando em Sociologia e Direito pelo PPGSD/UFF, bernardosaoclemente@yahoo.com.br

pertencentes à família Somoza e seus aliados; nacionalização do sistema bancário e seguradoras; ações no campo da educação e saúde; controle estatal do comércio exterior; nacionalização das minas de ouro e prata, amplamente exploradas durante a história do país por empresas estrangeiras, entre outras (ZIMMERMANN, 2006, p. 93).

Com o cenário econômico destruído devido às guerras e com as demandas da população, principalmente a participante do processo revolucionário, aumentando na esperança de solução para os diversos problemas deixados por anos de enfrentamento armado entre as duas forças, o novo governo teve que agir rápido. A produção agrícola de 1980 foi inferior à alcançada em 1978, durante o auge do combate armado, e somente em 1984 ela atingiria de novo o patamar do começo da década (BAUMEISTER, 2009, p. 383).

Logo no dia seguinte da vitória foi emitido o Decreto número 3, que confiscava os bens da família Somoza, militares e funcionários públicos associados ao antigo regime que houvessem deixado o país antes de 1977. As propriedades rurais afetadas ficaram sob a responsabilidade do Instituto Nicaraguense de Reforma Agrária (INRA) em redistribuir as terras em empresas/fazendas estatais (APP- Áreas de Propriedade do Povo) ou cooperativas coletivistas de produção.

O impacto deste decreto atingia nada mais que 55% das terras cultiváveis da Nicarágua e propriedades amplamente tecnificadas para realidade do resto do país e de caráter agroindustrial, localizadas nas melhores terras do lado Pacífico do país (ORTEGA, 1987, p.33 e BORNSTEIN, 1982, p. 47). É possível enfatizar três elementos da reforma agrária sandinista. Primeiro foi a redistribuição de terra implementada, em que a base estava propriedade estatal e em cooperativas geridas de forma coletiva no início do período revolucionário. Nos anos finais do governo eleito de Daniel Ortega (85-90) que se inicia um processo de titulação individual, por demanda de uma crescente parcela dos produtores. As terras mais afetadas, 81,6%, correspondiam às áreas de mais de 500 manzanas¹ de extensão sendo que 91,7% foram destinadas às formas estatais/coletivas de produção. O governo sandinista iniciou um processo de diminuição da presença da grande propriedade no setor agrícola nicaraguense, tanto em extensão como em participação na produção. Em 1963, propriedades com mais de 500 manzanas representavam 41,2% da superfície total de fazendas, passando na atualidade a 16,5% (BAUMEISTER, 2009, p. 393).

O segundo elemento foi o aprofundamento e aceleração da modernização das técnicas

1 Manzana é a medida utilizada na Nicarágua para medir a terra. 1 manzana= 0,7 hectare (IRAM, 1987)

e formas de produção. A opção feita foi por intensificar a transformação agroindustrial com o uso de maquinaria pesada e de insumos químicos, refletindo na ampliação de importações, como por exemplo a de tratores, que dobraram de quantidade durante os anos do primeiro quinquênio da década de 80 (921 unidades), em comparação com 1978 (Idem, 2009, p.393-394).

O terceiro foi a massificação do acesso aos créditos subsidiados pelos setores rurais. Em contraposição à ditadura, que se utilizava dos recursos para compra de apoio político ou benefício de propriedades de somozistas e aliados, o governo revolucionário promoveu o acesso a créditos por todos os extratos rurais com sua estratégia de desenvolvimento rural, chegando a abarcar 75% da superfície agrícola do país nos anos 80 (Ibidem, 2009, p. 395).

As terras mais mecanizadas foram transformadas em APP's, ao total de 1146 unidades. Quase um milhão de hectares passavam às mãos do Estado que passava a controlá-los pelo Ministério da Agricultura e Reforma Agrária- MIDINRA, 50% das terras destinadas à produção de tabaco, 40% dos plantios de cana de açúcar e arroz, 20% das fazendas de algodão, 15% das de café, entre outras (IRAM, 1986). Ainda assim o setor privado tinha um papel importante na economia do país. Era nesse setor que estava a maioria da produção em artigos exportáveis, principais geradores de renda da economia do país, assim como era uma forma do novo governo garantir a governabilidade e seu projeto político sem atritos com a "burguesia aliada".

O pacto com a burguesia agrária contrária ou neutra à Somoza envolvia o fornecimento em 1980 de créditos de campanha e externos, além de equipamentos para aperfeiçoar a produção e para reativar a produção industrial. Ainda assim, um ano após o triunfo, já era visível o boicote dos setores mais abastados da sociedade nicaraguense ao projeto revolucionário. Integrantes desses grupos utilizavam os benefícios para investir em filiais em outros países enquanto as fábricas nicaraguenses demitiam funcionários e funcionavam com capacidade reduzida (ZIMMERMANN, 2006, p.95). Dentre outras medidas para ganhar o apoio da burguesia "patriótica" estavam a nacionalização de bancos falidos junto da estatização das atividades bancárias; o comprometimento de pagamento da dívida externa deixada pelo governo anterior, principalmente com os EUA²; e o impedimento e controle do avanço das ocupações independentes de terras (HUEMBES e SANDOVAL, 2009).

2 Esta medida também servia para garantir possíveis investimentos e ajudas internacionais futuras

Houveram medidas favorecendo os direitos de trabalhadores urbanos e industriais, como também vieram direitos trabalhistas para os trabalhadores rurais, como: duplicação do salário em 1979; redução da jornada de trabalho; direito de repouso semanal; construção de alojamentos; emprego de muitos trabalhadores temporários como trabalhadores permanentes através da incorporação destes via empresas estatais; preço de produtos agrários subsidiados para controlar a inflação principalmente após a crise inflacionária depois da tomada do poder; subsídios para compra de um pacote mínimo de mantimentos e nacionalização do comércio exterior (HUEMBES e SANDOVAL, 2009 e BORNSTEIN, 1982).

A reforma agrária adotada pelos sandinistas em 79 se traduz nesse artigo em três grandes etapas: uma fase estadista de 1979 a 1982, outra fase de cooperativas agrícolas de 1983 a 1985, e a última, pós-85, com políticas voltadas às demandas camponesas.

No início da fase estadista, período do auge revolucionário, o estímulo principal foi a consolidação das Áreas de Propriedade do Povo (APP), onde eram criadas as empresas estatais (ERA) com produção destinada a manter a anterior, ou seja, uma produção voltada à exportação afim de para garantir as receitas que o país necessitava. Outras importâncias que existiam na manutenção deste tipo produção eram servir de empregabilidade de trabalhadores rurais e camponeses, como também para centralizar nesses locais o apoio governamental para as populações locais e inclusive nas organizações de defesa locais no período de maior confronto com os contra revolucionários. A distribuição de terra para esse modo de produção foi muito mais estimulada e acessada do que a distribuição na forma de cooperativa, que por sua vez, foi inicialmente mais estimulada que a titulação individual da terra.

A Lei de Reforma Agrária foi promulgada em julho de 1981 através do Decreto 728, e empreendeu ações na distribuição de terras em três sentidos: expropriações para fortalecimento ou criação de empresas estatais (trabalhadores rurais), terras destinadas para cooperativas de produção (camponeses), e titulação de propriedade para camponeses na fronteira agrícola e comunidades indígenas. Essa Lei criou bases para expropriações de terra diferentes para a Zona do Pacífico (350 ha), onde se concentrava as grandes produções capitalistas, sobretudo de produtoras de café e algodão combinados com pecuária, e a Caribenha (700 ha). Ela tornou sujeitas àquelas: que estavam ociosas ou deficientemente exploradas; terras abandonadas ou em franco processo de decadência; terras arrendadas e que não estivessem sendo trabalhadas diretamente por seus proprietários. Excluiu-se as terras com menos de 35 ha no Pacífico e 70 ha no Atlântico além dos departamentos de Jinotega e

Matagalpa, localizados ao norte do país (IRAM, 1987).

A Lei visava fortalecer (mais) as fazendas estatais e (do que) as cooperativas de produção. Mas não interferia realmente nas grandes produções capitalistas já que o governo não tinha uma estrutura econômica de exportações concreta que pudesse ter independência da burguesia agrícola. Garantia propriedade às terras eficientemente exploradas, afetando somente aquelas não exploradas ou alvo de descapitalização. E também determinou a criação de Zonas de Desenvolvimento Agropecuário e Reforma Agrária, centralizando nas mãos do ministro responsável as regulações sobre o uso da terra e outros recursos naturais (FLORES, 1996).

A JGRN decidiu dividir as terras entre cooperativas da seguinte maneira: as Cooperativas de Crédito e Serviço (CCS) que se agrupavam em torno dos agricultores individuais que procuravam se beneficiar de créditos e de assistência técnica; e as Cooperativas Agrícolas Sandinistas (CAS), cooperativas de produção onde os meios de produção são agrupados e os benefícios são repartidos de acordo com o trabalho feito por cada um. A CAS como forma de organização produtiva, foi muito mais estimulada que a CCS, que só ganhou devida importância ao final do período revolucionário devido ao aprofundamento dos ataques externos e internos, ao perceberem que esta parcela de agricultores possuía um papel decisivo na legitimação do governo sandinista

Ao priorizar a distribuição de terras e concessão de créditos para fazendas controladas pelo Estado e cooperativas de caráter coletivista a atenção concedida pela JGRN acabou por se direcionar mais às demandas de trabalhadores agrícolas vinculados cada vez mais a sindicatos como forma de garantir certa representatividade. Destaque nessa parcela sindicalizada, a Associação de Trabalhadores do Campo (ATC), de orientação sandinista em oposição à União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (UNAG), inicialmente sandinista mas que posteriormente abrangeu desde grandes e médios produtores capitalizados a pequenos produtores não atendidos ou contrários ao projeto revolucionário.

Devido ao alto grau de investimentos que as fazendas atingidas pelos combates ou pelo sucateamento e descapitalização promovido por proprietários fugidos da revolução necessitavam, o governo optou pela reestruturação e modernização das técnicas de produção agroindustrial iniciada algumas décadas atrás. Essa estratégia visava gerar receita maior para poder levar em frente o investimento na produção altamente tecnificada e os programas sociais. A "economia mista" adotada pelo governo revolucionário tratava de manter a

produção capitalista com confluência de uma produção estatal, ambas exportadoras de matérias-primas, para financiar o aprimoramento tecnológico destas produções e as mudanças sociais.

Ao iniciar seu programa político o governo sandinista começa a receber boicotes externos e internos. Internamente por parte da burguesia agrária e urbana que não via com bons olhos a legitimação de algumas ocupações de terras, as políticas sociais adotadas pelos governantes e o modo como priorizavam a necessidade dos trabalhadores e da população mais carente. O embate com a oposição atingia internamente a JGRN, quando os representantes da burguesia deixaram o governo como uma estratégia de deslegitimar o governo provisório em meados dos anos 80.

Havia três tipos de oposição interna durante o período revolucionar: a dos contras, mais violenta e destrutiva; a oposição cívica, representada pela Coordenadoria Democrática Nicaraguense (CDN) em que figuravam partidos como o Partido Liberal Constitucionalista - PLC somozista e outros menores, a alta hierarquia católica e o periódico La Prensa; e uma "oposição leal" que apoiava o regime no marco constitucional, mas rechaçava políticas específicas ou forma de administração do FSLN, configurada em partidos de esquerda e progressistas, como também movimentos e inclusive em alguns momentos organizações de massa do próprio FSLN, como a UNAG e movimentos feministas. A atuação da oposição mostra a pluralidade do governo sandinista onde os opositoristas obtinham espaços dentro de assembleias e (inicialmente) em espaços governamentais, participaram da disputa eleitoral nas eleições de 1984 e na formulação de uma oposição unida nas eleições de 90 (CLOSE, 2009, p 62-64).

Externamente, capitaneado pelo governo Reagan (1981-89) dos EUA, o governo sandinista sofria boicotes econômicos, diplomáticos e comerciais, e investimentos na guerrilha contra revolucionária interna e externamente. Grande parte dessa movimentação externa contra o governo revolucionário era devido ao contexto mundial de disputa de hegemonias políticas em que o FSLN e alguns levantes populares em países vizinhos da América Central estavam inseridos nessa época, em que se aproximavam ideologicamente muito mais de Cuba e URSS do que seu vizinho próximo e histórico parceiro comercial, os EUA.

3 Entre eles, Violeta Chamorro, viúva do jornalista opositor do governo somozista assassinado Joaquim Pedro Chamorro e futura presidente eleita do país em 1990, e Alfonso Robelo, presidente do Conselho Superior de Empresas Privadas- COSEP.

Juntamente dos ataques externos feitos no âmbito diplomático, o EUA apoiou milícias para atacar militarmente a Nicarágua. Em 1982 o exército dos "Contra"⁴, apoiado financeiramente, belicamente e treinado por fuzileiros dos EUA em Honduras, já havia se instalado em localidades do norte do país. O caminho percorrido para tal invasão foi muitas vezes a fronteira hondurenha, com os confrontos se concentrando em sua maioria na parte norte e central do país.

Em alguns departamentos que serviam como base ou faziam fronteira com a organização contra revolucionária como na região montanhosa e ao norte do país, o projeto sandinista ficava praticamente impossibilitado de acontecer. Tanto as produções de produtos exportáveis, como o café e gado, e pequenas produções eram atingidas pelos ataques contra revolucionários. Com a guerra se espalhando pelo meio rural nicaraguense a produção ficava muito prejudicada, tanto pela designação de camponeses e operários agrícolas para o combate na guerra, como pela migração de quase 40 mil pessoas que fugiam das localidades atingidas e tiveram que ser reassentadas. Logo, as fazendas estatais existentes se tornavam entidades produtivas e militares para resistir aos ataques (ZIMMERMANN, 2006, p. 115-117).

As organizações coletivas propostas pelos sandinistas não tinham o caráter propriamente produtivo como já citado, serviam também como organizações consultivas para uma maior ligação entre o governo e agricultores. A insatisfação com o controle do processo produtivo nas mãos do Estado crescia também por conta dos ataques dos Contras que tinham como alvo as bases do aparato estatal, que iam sendo destruídas ou se tornavam deficientes, dificultando o acesso governamental às regiões mais isoladas e o acesso dessas populações aos serviços básicos.

O governo sandinista, para garantir a geração de receitas oriundas de exportações agrícolas, parava de punir os grandes proprietários que estavam boicotando o projeto econômico e prorrogava a espera pelo atendimento à redistribuição de terras. Por não considerar de forma equivalente os apelos do campesinato e de sem terras, fez previsões erradas sobre a demanda geral que acabou resultando na diminuição de terras distribuídas e no estancamento na expropriação de terras privadas. Em 1984, as terras redistribuídas foram 7% das propriedades rurais existentes no país e apenas 20% das necessidades atendidos. Em 1985 já era possível averiguar uma paralisação da reforma agrária, e essa lentidão em responder as demandas campesinas por terra, além de todos os problemas aparentes, se configurava como o

4 Também denominados como "Commandos" e "A resistência", dados por diferentes forças envolvidas na guerra.

maior problema da Revolução no meio rural (ORTEGA, 1987).

No risco de perder sua base campezina para o aliciamento por parte da oposição e do exército contra revolucionário, o governo sandinista estava apreensivo diante dos diversos ataques que sofria. Mas o problema para o campesinato não era exatamente o ideal popular que os fez apoiar o FSLN na vitória contra Somoza, e sim o controle estatal sobre sua produção e assimilação da coletividade produtiva, o que favorecia a recusa ao alinhamento às políticas propostas. Diante desta realidade e da gravidade da situação em que estava o meio rural, a JGRN foi obrigada a fazer uma autocrítica sobre os avanços do processo da reforma agrária e da relevância dos pequenos e médios produtores individuais na economia.

Formulou-se um plano de emergência para os atingidos pela guerra no norte do país e priorizava o abastecimento das regiões campezinas na intenção de diminuir as diferenças entre o rural e o urbano. Uma nova onda de ocupações em 1985 que exigiam o aprofundamento reforma agrária e uma distribuição individual de terras forçava esta tomada de atitude por parte do governo (HAAS e LEONHARD, 2007, p. 22). De junho a dezembro de 1985, foram tituladas mais de 224 mil ha a 17mil famílias campezinas, a metade do número de terras entregues no período julho de 1981 a junho de 1985 em apenas seis meses. Destaque para a prioridade nesse plano de entregar parcelas individuais de terra (ORTEGA, 1987, p. 62).

Ainda assim os sandinistas perceberam que contornar a crise na agricultura não seria apenas com a aceleração da entrega de terras. Então em janeiro de 1986, já no então governo eleito do FSLN, decide-se reformar a Lei de 1981, quando pela primeira vez se estabeleceram condições jurídicas para a liquidação do latifúndio. As novas medidas que se destacavam eram: a suspensão dos limites elaborados na Lei de 1981, tanto para o lado Pacífico quanto do Atlântico; a não-indenização de terras ociosas não importando o tamanho; e a permissão da desapropriação de terras "eficientes" em caso de utilidade pública (Idem, 1987). A Lei de reforma agrária estava se ampliando conforme os interesses sandinistas no combate à resistência contra revolucionária e enfim contemplando melhor as necessidades dos camponeses, cuja crença e luta pelo projeto sandinista parecia próximo do limite.

Mesmo assim, os prejuízos causados pela guerra atingiram cerca de três ou quatro vezes o PIB da época, e resvalou também na motivação popular em defender a revolução. A cesta básica em 1986 valia oito vezes o salário mínimo e o salário real valia a terça parte do que em 1977. O proletariado agrícola e fabril foi bastante atingido pela situação econômica e imigrava para a Costa Rica e outros países em busca de oportunidades, assim como os filhos

da classe média que fugiam do alistamento militar por conta da mortalidade no campo de batalha (Ibidem, 1987, p.64)

Os prejuízos causados pela “guerra de baixa intensidade” (PUIG, 2009, p.8) financiada pelos EUA e posta em prática principalmente por somozistas e opositores do que por atingidos pelo projeto revolucionário, serviu certamente para o enfraquecimento do governo do FSLN, resultando na derrota eleitoral nas eleições de 90. Mas mesmo com o esforço em modificar a estrutura da terra do país, apesar de não terem conseguido levar o processo revolucionário à frente, o resultado das desapropriações de terras promovidas pela reforma agrária sandinista provocou reflexos que chegam até a atualidade, resultando em embates que os governos seguintes ou tentaram solucionar ou negociar, ou simplesmente extinguíram com o exemplo sandinista.

Sandinistas e as populações tradicionais do lado Atlântico

A maneira do governo sandinista lidar com a parte Pacífica e a Atlântica acabou por se assimilar aos governos anteriores no que é relativo ao desconhecimento das necessidades locais da população nativa do antigo departamento de Zelaya. Vários embates de sandinistas com a população tradicional daquelas localidades são relatados quando os “*miskitos*”, etnia de maioria na região, eram acusados de ligação com os contra revolucionários por resistiram à forma de aproximação implementada pelo governo, levantando suspeitas entre os habitantes sobre o interesse sandinista na região.

Nesta região era possível encontrar habitando seis grupos étnicos: mestiços (mais de 150 mil pessoas) que se caracterizavam como campesinos do Pacífico que avançaram historicamente sobre a fronteira agrícola da região central até esbarrarem com os indígenas; afrodescendentes (50 mil) que se caracterizavam como a população urbana e de alguns camponeses e agricultores que habitavam as periferias dos centros urbanos descendentes de escravos fugidos das ilhas caribenhas; *miskitos* (70mil) e sumus(6 mil) que eram os maiores grupos indígenas, os raras (600) e garifonos (1,5 mil) eram grupos minoritários que se dedicavam fundamentalmente à pesca e à agricultura de subsistência (IRAM, 1987). A dinâmica de organização fundiária e agrária encontrada lá tinha formas bastante diferentes das encontrados do lado mais ocidental do país. A caça e a pesca, juntamente da agricultura eram exploradas de forma familiar/comunal e não havia trabalho agrícola assalariado nas formas de organização de algumas comunidades étnicas.

A colonização dessa parte do território teve influência principalmente britânica e somente no final do século XIX foi incorporado ao que é hoje a Nicarágua. Mesmo já fazendo parte do país, foi alvo constante de interesses econômicos internacionais, tanto de empresas da Inglaterra ainda no século XIX, quanto dos EUA posteriormente. A atuação de diversas empresas no território vinha através de concessões dadas por presidentes aliados e desconhecedores do possível potencial econômico que a região abrigava.

A forma de organização social encontrada ali era muito distinta da encontrada no “lado espanhol”, causando contradições na unidade nacional que fizeram com que as ações territoriais tivessem de ser aplicadas de maneira distintas, (ZIMMERMANN, 2006, p. 111). Esta distinção de concepções fez com que as organizações étnicas se fortalecessem e reivindicassem direitos distintos, até chegarem à luta armada por parte de pequenos grupos indígenas, alguns a favor da revolução, outros por causas independentes e até os cooptados pela contrarrevolução. Nesta região foram dois anos e meio de intervenções desenvolvimentistas e militares que interferiram nas relações sociais tradicionais do local causando migração para lugares mais inóspitos e para os países vizinhos, conforme os combates ficavam mais intensos.

Somente em 1984 o Governo Sandinista inicia uma tentativa de diálogo com as comunidades rebeldes para um acordo de paz, iniciando a recomposição das comunidades miskitas e promovendo o retorno das comunidades que deixaram o leito de rios e rumaram ao interior inacessível. Mesmo assim os embates contra os *miskitos* seguiram ocasionando em mais migrações.

Em 1985 o departamento de Zelaya, que abrangia todo lado oriental do país após centro montanhoso se transforma em duas zonas autônomas com legislação e constituição próprias, reconhecendo as características próprias da colonização da região como a cultura distinta entre as comunidades ali localizadas, o uso tradicional de terras florestas e água, respeitando a propriedade individual e coletiva e autonomia dos novos governos. A Lei de Autonomia surgiu não somente como correção sandinista dos erros iniciais de aproximação com as lideranças locais, mas devido às demandas dos movimentos da região e de uma comissão nacional formada por líderes crioulos e miskitos. Dela surgiram a Região Autônoma do Atlântico Norte (RAAN) e Região Autônoma do Atlântico Sul (RAAS) (Idem, 2006, p.116).

Considerações Finais

A ideia revolucionária impulsionada pelos sandinistas no poder envolvia a participação da burguesia nacional politicamente e economicamente. O projeto revolucionário necessitava das divisas geradas pelos capitalistas nacionais para além de manter o mercado externo aberto aos produtos nicaraguenses, auxiliar a solucionar os danos causados pela guerra de deposição dos Somoza e financiar o projeto socialista de intervenção na sociedade.

Apesar de a FSLN ter em seu nascimento estudantes interessados no exemplo vitorioso da Revolução Cubana, seu embrião organizacional e militar foi no interior do país, mais precisamente em zonas rurais isoladas. Foi no meio rural que as tendências ou correntes que formavam a FSLN encontraram eco para suas ideias, enquanto outras organizações do meio urbano foram realmente se integrar na luta armada revolucionária nos períodos finais da guerra.

No poder, a FSLN estimulou ainda mais a proletarização do habitante do meio rural. Os que não eram atendidos pelas APP's foram levados a se organizar de forma coletiva em cooperativas, em que o trabalho e os ganhos eram divididos sob fiscalização governamental ou não atingiam o grau de independência e igualdade almejados. A verticalização das decisões sobre organização da produção rural influenciava no modo de vida camponês e rural. A falta de oportunidades de reprodução e trabalho no meio rural foi solucionada através da mudança de patrão. Saía o *terratene* ausente que era representado pelo administrador da fazenda para o Estado manifestado na própria organização dos trabalhadores, com discurso e atuação social e política. O Estado nicaraguense ainda exercia o papel de mantenedor dos investimentos para grande produção privada mesmo em períodos de recessão, quando quem mais sofria eram os mesmo habitantes rurais estimuladores da revolução.

Talvez por desconhecimento dos diferentes modos de vida rurais e inclusive étnicos presente na Nicarágua naquele momento ou por necessidade imediata da revolução, o FSLN pode ter cometido o equívoco de não reconhecer o camponês e agricultor familiar tanto como o trabalhador rural como o agente revolucionário em si, mesmo tendo essa parcela da população apoiado e lutando ao lado dos sandinistas tanto na derrubada do poder somozista como mantimento do processo revolucionário através da obrigatoriedade do serviço militar, ou na defesa das APP's ou de cooperativas e no abastecimento alimentar da população.

Enquanto o governo sandinista propagandeava para a população que todos teriam os mesmos direitos e trabalhariam de forma uniforme para o sucesso revolucionário, o próprio governo não se relacionava igualitariamente entre os altos cargos do partido, os "burgueses

patrióticos”, a população que o apoiava e os dissidentes e contrários à revolução. Com a intromissão da administração belicista expansionista do governo Reagan, o projeto mostrou falhas exatamente no atendimento à sua base governamental rural, gerando controvérsias que acabaram por gerar conflitos militares, alianças contrarrevolucionárias, migrações e abandono de terras. A contradição do projeto sandinista de “economia mista” se mostrava cada vez mais evidente, sugerindo um hiato entre o discurso e pensamento anti-imperialista e a prática capitalista como forma de financiar a revolução (BALDOTANO, 2009, p.138).

Na medida em que a atividade de oposição militar causava danos violentos no interior do país, e demandava cada vez mais atenção e verbas, a oposição política dos setores conservadores associada a uma fração majoritária da Igreja Católica tentava minar o apoio político da população desde a classe média urbana à população rural se utilizando desde uns dos principais periódicos do país, o *La Prensa*, como dentro de espaços de discussão tolerados pelos sandinistas e até dominando a UNAG, principal sindicato rural (CLOSE, 2009, p. 67).

As consequências tanto da guerra interna, do boicote externo e das limitações políticas dos sandinistas eram passíveis de análise nos final da década de 80. Em 1988 os preços dos alimentos foram às alturas e a inflação chegou a um patamar de 33.000% e os salários bases possuíam apenas 30% do poder aquisitivo do início da década, adquirindo somente 7% das necessidades básicas familiares (SPALDING, 2009, p.357).

Em 1987, por orientação do Diretório Nacional do partido sandinista, adotaram-se modificações na estratégia econômica do país, que atingiam fatalmente o projeto revolucionário. Em 1988, a adoção de medidas de austeridade para um reajuste estrutural envolvia o fim dos subsídios às necessidades básicas da população; a não remuneração de milhares agricultores produtores de alimentos básicos; a desvalorização da moeda e redução do controle monetário; abolição do salário mínimo nacional; suspensão do controle estatal; fim da restrição da importação de artigos de luxo; e o quase fim do controle sobre importações e exportações. Nesse período o governo também sugeriu uma reformulação do uso do solo. O lado do Pacífico, com maior concentração de empresas estatais e grandes produções privadas ficaria responsável pelo agroexportador, no lado Atlântico se estimulou o potencial exportador do extrativismo, como a madeira, e as regiões Central e Norte continuaram a desenvolver a cafeicultura e pecuária bovina. Apesar da reestruturação agrícola e de certas medidas de austeridade não surtiram efeito esperado, agravando ainda mais a situação econômica do país (HASS e LEONHARD, 2007, p. 10-12).

Apesar da retração econômica e das políticas sociais ao fim do mandato de Daniel Ortega, o governo sandinista obteve avanços históricos sobre os direitos políticos civis da população, consumados na marcadamente "liberal-democrata" Constituição de 1987, como o reconhecimento do pluralismo político, da regência autônoma das comunidades da Costa Atlântica, adoção dos direitos humanos reconhecidos em pactos e declarações internacionais, entre outros (BARAHONA, 2009, p.171-173).

A retração de investimentos não chegou a atingir os grandes produtores capitalistas, donos das exportações mais importantes do país, que gozavam de bastante credibilidade econômica, mas não política. A mudança de foco do governo sandinista mesmo visando em tese garantir direitos trabalhistas de trabalhadores rurais e urbanos, seduzia com créditos grandes produtores privados, porém ignorava os pequenos e médios produtores. Em 1989 o governo concedeu aos produtores de algodão, um dos produtos exportáveis mais importantes, subsídios no valor de quase 1,5 milhões de córdobas⁵ por hectare plantado, num total de 65% do orçamento geral do governo para produções particulares (ZIMMERMANN, 2006, p.142).

No último quinquênio dos anos 80, a agricultura refletiu as transformações que sucederam da revolução de forma negativa. A produção agropecuária por habitante rural para 1990 era $\frac{1}{4}$ inferior ao início da década anterior e metade inferior aos níveis dos anos finais da década de 70. Entre 85 e 90, a produção agropecuária diminuiu 13%, já a produção por habitante rural regrediu 21% (BAUMEISTER, 2009). O comportamento negativo da agricultura, além de suas consequências macroeconômicas e associado aos cortes de investimentos para os pequenos e médios agricultores refletiram no resultado das eleições de 90.

A partir de 1989 os esforços do FSLN se concentraram para fins eleitorais, com a estratégia de angariar os votos da classe média e a elite nicaraguense, certos de que no meio rural a opção sandinista estava garantida. Cerca de sete milhões de dólares foram gastos na campanha sandinista, em que as bandeiras revolucionárias e mártires utilizados poucos anos atrás eram substituídos por bandeiras amarelas e centradas na figura de Daniel Ortega como forma de acalmar o discurso anti-imperialista e a ala conservadora da sociedade, transparecendo uma ruptura tanto ideológica do FSLN, quanto internamente enquanto partido (ZIMMERMANN, 2006, p. 146).

Ao concentrar os esforços governamentais restantes em ganhar a confiança de setores

5 Provavelmente com a taxa cambial da moeda modificada pela desvalorização de 1988, que não ocorria desde 1979 http://www.bcn.gob.ni/billetes_monedas/index.html#

da sociedade tradicionalmente opositores do regime sandinista ao fim do mandato, o FSLN acabava por minar o apoio que obtinha das camadas populares, principalmente a rural, cujo deu sangue nas batalhas nas regiões norte e central do país e suor seja no trabalho nas fazendas e cooperativas estatais, seja na produção de alimentos ou se voluntariando nas campanhas de educação e saúde.

A atuação do governo norte-americano contra o governo sandinista conseguiu desestabilizar a economia, destruir a estrutura e atingir a população, principalmente do meio rural nicaraguense. Esta iniciativa favoreceu o aumento da migração para as periferias urbanas e outros países, de forma a atingir o FSLN tanto na implementação de seu projeto político como conseguir impedir a continuidade deles no poder. Somando à atuação por parte do governo Reagan, o bloco socialista liderado pela URSS vivia seus momentos finais, o que atingia diretamente o financiamento da resistência sandinista e acordos comerciais.

Porém, o próprio FSLN contribuiu para a oposição de sua antiga base aliada. Além da postura vanguardista, o visível enriquecimento dos altos quadros partidários, a predileção pela organização produtiva coletiva centralizada nas mãos do poder estatal e o desconhecimento da importância da produção de pequenos e médios produtores na produção agropecuária total levava o afastamento do partido de suas causas sociais. E ainda, os recursos internacionais para o acordo de paz e desmobilização dos exércitos "contra" e sandinista de 1987 foram destinados à indenização de altas patentes de ambos os lados. A parcela de terra prometida aos ex-combatentes sandinistas foram parcamente distribuídas e os serviços aos quais teriam direito como gratuidade na saúde e transporte não eram atendidos (Idem, 2006, p.147).

Tanto o processo de redistribuição de terras aos ex-combatentes de ambos os lados quanto programa político nos dois anos finais do governo foi bastante irregular e usado de modo eleitoreiro. Em 1988, 298 mil *manzanas* foram distribuídas de forma individual ou para camponeses organizados em CCS (HAAS e LEONHARD, 2007, p 14). Mesmo nos governos seguintes o problema foi extremamente sensível, já que no período revolucionário não houve a preocupação de uma nova titulação de terras ou que seguissem um antigo padrão, com muitas delas continuando em nome do antigo proprietário expulso.

Um episódio de corrupção dos sandinistas após a derrota eleitoral em 1990 contribuiu para o entendimento da mutação de um projeto político de reestruturação do país a partir das demandas dos mais necessitados. O caso foi denominado em diversos meios de "*La piñata*" e aconteceu poucos meses depois das eleições de 90, quando a oposição unida saiu vitoriosa.

Fazendas, propriedades e bens, e empresas ocupadas pelos sandinistas como propriedades do Estado foram redistribuídas entre a alta hierarquia partidária, principalmente a ligada à corrente de Daniel Ortega, o atual presidente reeleito. Em um panorama em que muitos quadros do extenso partido sandinista ocupavam propriedades estatizadas, quando o que era partido e Estado estavam misturados e de difícil diferenciação, a ala ligada a Ortega movimentou-se para concentrar algumas dessas riquezas antes identificadas como bens públicos na mão de familiares e aliados (ZAMORA, 1996).

Os efeitos desta usurpação de bens públicos consequentemente afetaram na credibilidade do FSLN perante a sociedade nicaraguense e dentro do próprio partido, com o racha entre as principais correntes políticas lideradas pelo ex-presidente Daniel Ortega e o ex-vice Sergio Ramirez, que culminou na fundação do MRS (Movimento de Renovação Sandinista) em 1995, partido que não atinge tamanha expressão eleitoral. Muitas de suas ações centralizadas no Estado e partido não foram bem absorvidas por parte da população, ainda que as ações proveitosas sofriam com a ascendente campanha contra da ala mais conservadora da sociedade na medida que os efeitos da guerra e das restrições comerciais impostas atingiam qualquer bom exemplo revolucionário. O FSLN somente retorna novamente ao poder presidencial do país em 2007, com liderança centrada ainda na figura de Daniel Ortega.

Referências

- BALTODANO, Andrés Pérez. La cultura política Nicaraguense y el FSLN: de la utopía al pragmatismo. In: CLOSE, D. e PUIG, SM (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009
- BARAHONA, Elena Martínez. El sistema judicial: ¿el “secuestro” político de una Corte Suprema?. In: _____. (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009.
- BAUMEISTER, Eduardo. Treinta años de agricultura nicaraguense (1978-2008). In: _____. (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009
- BORNSTEIN, Claudio Thomas. *A reforma agrária na Nicarágua*. Brasiliense, São Paulo, 1982.
- CLOSE, David. La Otra Cara de la Política Nicaraguense: los anti-sandinistas. In:

- _____ (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009
- FLORES, Xiomara. *La Reforma Agraria Sandinista: bases, corrientes ideológicas y sujetos sociales (1979-1989)*. Tese submetida exame de Mestrado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA (no prelo), Rio de Janeiro 1996.
- HAAS, Brigitte Mc-Bain & LEONHARD, Ralf. *R:10 El derecho a la alimentación y la situación agraria en Nicaragua. Informe de la Misión de Investigación de Via Campesina y FIAN Internacional*. FIAN Internacional, Alemanha, 2007,
- HUEMBES, Guillermo. e SANDOVAL, Manuel. O sandinismo, ontem e hoje. In: *Marxismo Vivo*, n°21, 2009. Disponível em: www.archivoleontrosky.org/phl/www/arquivo/MV21pt/mv21pt-12hs.pdf Acesso em janeiro 2012.
- IRAM. Transformations des structures agraires au Nicaragua. Dezembro de 1986. In: *Seminaire de Formation Strategies Alimentaires*, Volume 3, 1987.
- PUIG, Salvador Marti & CLOSE, David. La excepción nicaraguense?. In: _____ (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009
- _____. El Frente Sandinista de Liberación Nacional. Analisis de una Mutación. In: _____ (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009
- SPALDING, Rose. Las políticas contra la pobreza en Nicaragua. In: _____ (orgs). *Nicaragua y el FSLN [1979-2009] Qué queda de la revolución?* Barcelona, Ediciones Bellaterra, 2009
- ZAMORA, Augusto. La pérdida de credibilidad moral del sandinismo se ha traducido en pérdida de confianza de los ciudadanos y tal vez en pérdida de votos en las urnas. *Revista Envío*, Manágua, número 171, junho 1996. Disponível em: <http://www.envio.org.ni/articulo/219>. Acesso em 20 de junho de 2010
- ZIMMERMANN, Matilde. *A Revolução Nicaragüense*. São Paulo: UNESP, 2006.